Na fala de Sarney, planos e esperança

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As atenções gerais continuam voltadas para o pronunciamento que o presidente da República fará amanhã em cadeia nacional, abordando a conjuntura, os planos e as esperanças de superar as dificuldades e, em especial, a crise econômica. Sobre suas palavras muito se informou e se especulou, nos últimos dias, menos o óbvio: ele se chama José Sarney, não Mandrake.

Assim, esperar que a sua fala se transforme em panacéia nacional equivalerá a ver aumentadas as frustrações, na hora em que vídeos e microfones forem desligados. O que o presidente fará será explicitar a gravidade do momento, de um lado, mas, de outro, reaquecer as esperanças de melhoria a médio e longo prazos. Anunciará propósitos concretos, como o de continuar com as reformas econômicas e sociais, com ênfase para a reforma tributária e para a reafirmação da reforma agrária em moldes pacíficos e democráticos. No primeiro caso, sustentará que a União, por iniciativa própria, abrirá mão de parte de sua receita em favor dos Estados e dos municípios, equivale a dizer, também de parte de seu poder político, como contribuição à verdade federativa e à normalidade institucional. Procurará demonstrar, assim, que a democracia veio para ficar, com a Nova República, não se constituindo em fato passageiro ou em fugaz luz acesa em meio à escuridão. As imagens, ao que parece, serão profusas, no texto que Sarney já leu e já gravou, ontem, guardado a sete chaves por sua assessoria.

Ele deseja obter frutos internos, ao se dirigir à Nação, mas não descuidará da busca de dividendos externos, relacionados com a dívida brasileira. O ponto de partida, no caso, será incutir atmosfera de confiança e de aceitação geral para os sacrifícios feitos e por fazer, no rumo da austeridade, da contenção de gastos e de despesas públicas. Mostrará existir uma diretriz, cuja linha central está na retomada do crescimento, mas necessariamente impulsionada por medidas de saneamento econômico e financeiro. Seu objetivo é transmitir uma sensação de unidade governamental, mesmo reconhecendo ter havido divergências entre seus ministros e entre as diversas correntes político-partidárias que compõem o Ministério. Assim, e só assim, para ele, nossos credores poderão ficar permeáveis aos novos argumentos que em breve levaremos a Washington e a Nova York, com as negociações sobre a dívida externa. Tentará o presidente demonstrar, em conseqüência, que a chamada ortodoxia do Fundo Monetário Internacional não deve ser exacerbada, sob pena de gerar graves desequilíbrios sociais e, em decorrência, políticos. Vamos pagar a dívida, procurando obter novos prazos, reescalonamento e juros e taxas mais baixos, em função da importância de impedir a recessão e a crise social.

Porque, como Sarney repetirá, o Brasil não representa risco econômico para nenhum de seus credores, em função do potencial de que dispõe. Poderá representar, isto sim, risco político, se formos levados ao estrangulamento econômico, por meio de exigências absurdas. Pretende o governo assinar a sua carta de intenções com o FMI, ponto de partida para a renegociação com os bancos, mas não haverá hipótese de, nela, serem inseridas promessas incapazes de cumprimento. Na verdade, as sucessivas cartas de intenção assinadas até hoje serviram para nos desmoralizar e, em paralelo, para que a cada exemplar pudéssemos ver liberados alguns milhões de dólares do fundo de reservas, a título de perdão.

Agora será diferente, dirá o chefe do governo, sequioso de expor uma posição de honestidade e de clareza. Se a preocupação de nossos credores é para com a estabilidade e a linha férrea de uma política austera e definida, a ocasião servirá para anunciá-las. E com o respaldo da maioria da sociedade, imagina o presidente, obtido nas últimas semanas através de sucessivas reuniões com representantes dos diversos segmentos representativos do meio social. O apoio interno, como ressaltará, muda toda a equação até agora desenvolvida em nossos entendimentos com o FMI e os bancos.

Outros temas serão abordados, da prioridade para os investimentos sociais à consolidação do processo democrático. Da importância de um tratamento especial para o Nordeste à necessidade de em todas as questões ser encontrado um consenso amplo da sociedade.

Por tudo isso se repete que milagres não fluirão das palavras presidenciais. José Sarney estará de terno jaquetão, não de fraque e cartola, muito menos se mostrará disposto a tirar coelhos de cada frase, como costumava ser feito por seus generais-antecessores. A linha central do pronunciamento será marcada pela tentativa de demonstrar que, após alguns meses de debates, trocas de idéias e até choques de opinião, se chega a uma diretriz única, na política econômico-financeira. As linhas-base estão definidas, com a opção pelo crescimento e a austeridade.

Até aqui, apresentam-se peças esparsas do mosaico a ser transmitido à Nação dentro de 24 horas, mas a indagação ampla no País é se a realidade será mesmo assim. Se existe mesmo uma política econômico-financeira definida, pronta e acabada em seus fundamentos, para calar ansiedades internas e gerar tranqüilidade externa. Porque a teoria, na prática, costuma ser diferente. Os discursos dos ministros do Planejamento e da Fazenda, quarta-feira, na reunião de governadores, pareceram acoplados e complementares, mas pode ser que tanto Dornelles quanto Sayad tenham, no máximo, celebrado um pacto temporário de não-agressão, numa hora em que os pactos se encontram na ordem do dia. Garantir, ninguém vai, sobre se a fala do presidente despertará efeitos imediatos. Por isso se alerta para falsas expectativas. Não haverá que dividir o processo em curso em duas metades, antes ou depois da ida de José Sarney ao rádio e à televisão, nesse 22 de julho...

C.C.